

ELSA4THOUGHT



MOVIMENTO DAS MULHERES TRADICIONAIS

Nos últimos tempos, a sociedade tem sido palco de profundas transformações sociais, económicas e culturais que têm vindo a redefinir o papel da mulher, da família e do trabalho. A crescente participação feminina no mercado laboral, o acesso progressivo ao ensino superior e a mutação das estruturas familiares contribuíram para alargar significativamente os horizontes da realização pessoal e profissional feminina.

Este percurso, alicerçado em importantes conquistas legislativas e na afirmação gradual da autonomia da mulher tem aberto caminho para uma presença feminina cada vez mais sólida, na esfera pública. Todavia, num cenário pautado pela pluralidade de percursos, emergem correntes que propõem uma revalorização dos modelos tradicionais de organização familiar. Entre estas, destaca-se o movimento *tradwife*,

abreviação da expressão inglesa *traditional wife*. Esta manifestação reúne mulheres que, de forma voluntária, reinterpretem o presente à luz de valores associados ao passado e optam por centrar a sua vida no casamento, na maternidade e na gestão do lar. Para muitas das suas proponentes, esta escolha constitui uma forma legítima de realização pessoal, associada a um sentimento de propósito renovado e a uma perceção de equilíbrio emocional, sobretudo quando a vida familiar assenta numa lógica de cooperação e apoio mútuo no seio do casal.

A visibilidade deste estilo de vida tem sido ampliada pelas redes sociais, onde se edifica uma estética muito particular. Imagens de cozinhas meticulosamente organizadas, refeições preparadas de forma artesanal e ambientes domésticos imaculados compõem

uma narrativa visual que associa a vida doméstica à serenidade, à harmonia e à construção de vínculos familiares sólidos. Neste prisma, o fenómeno pode ser compreendido como o resultado de um diálogo persistente entre o passado e o presente. Se, em 1963, Helen Andelin, fundadora do *Fascinating Womanhood Movement*, preconizava um modelo de feminilidade centrado na harmonia doméstica, atualmente perfis como o de Hannah Neeleman, difundem valores análogos em plataformas digitais de vasto alcance.

Investigadoras como Alexandra Deem descrevem este fenómeno através da expressão “futurismo nostálgico”, conceito que ilustra a utilização de ferramentas tecnológicas contemporâneas para propagar representações idealizadas de modelos familiares antigos. Esta narrativa oferece uma promessa de equilíbrio face à exaustão frequentemente associada ao mundo profissional moderno.

Contudo, embora esta manifestação seja entendida por muitos como uma expressão da liberdade de cada cidadã desenhar o seu projeto de vida conforme as suas convicções, a mesma não deixa de suscitar questões profundas no pensamento feminista contemporâneo, nomeadamente no que respeita à distribuição de responsabilidades no seio familiar e às dinâmicas sociais que influenciam as decisões individuais.

ELSA4THOUGHT

MOVIMENTO DAS MULHERES TRADICIONAIS



Uma explicação frequente para a preferência por uma vida centrada no lar reside na influência de valores religiosos e culturais. Em Portugal, a família tem sido historicamente entendida como o pilar da estabilidade social; por conseguinte, a dedicação feminina ao espaço doméstico é, em certos contextos, interpretada como um meio de alinhar a vida familiar com preceitos espirituais, considerados orientadores do equilíbrio e do sucesso social. Neste enquadramento, a maternidade assume um estatuto de exceção, sendo encarada como uma vocação central e um privilégio. Sob esta ótica, a dispersão da atenção entre a carreira e o cuidado dos filhos pode ser percebida como uma fragmentação de prioridades que compromete a plenitude da experiência maternal.

Uma outra premissa central desta filosofia de vida prende-se com o

reconhecimento de que a maternidade introduz desafios complexos na trajetória profissional.

A dispersão entre as responsabilidades críticas do lar e as metas de uma carreira de alta intensidade pode gerar uma fragmentação do foco, afetando o ritmo de progressão e a valorização salarial, situação frequentemente descrita na literatura sociológica como *motherhood penalty*, enquanto os homens, em contrapartida, podem beneficiar do chamado *fatherhood bonus*, recebendo percepções de maior estabilidade e responsabilidade após a paternidade.

Identifica-se, neste contexto, na figura feminina, uma aptidão singular para a salvaguarda da esfera privada, sustentando-se que a experiência da maternidade potencia uma sensibilidade e uma competência de cuidado fundamentais para a coesão do núcleo familiar. Nesta lógica, o

trabalho doméstico e a educação dos filhos passam a ser entendidos como funções de elevada relevância social, cuja eficácia depende da presença atenta e contínua de um dos membros do casal.

Perante a complexidade da vida moderna, certas famílias optam por uma especialização de funções como forma de garantir o equilíbrio do núcleo familiar. Esta decisão baseia-se na ideia de que a gestão de um lar e o sucesso de uma carreira exigem níveis de dedicação que, quando divididos por ambos os membros, podem gerar um estado de exaustão mútua. Nesta lógica de cooperação, a dedicação predominante da mulher à esfera doméstica permite compensar as exigências externas impostas pelo mercado de trabalho ao marido, criando uma estrutura onde a eficiência profissional e a harmonia doméstica deixam de competir entre si e passam a reforçar-se mutuamente.

Não obstante a legitimidade destas escolhas, a organização familiar em causa suscita interrogações profundas. Diversos autores advertem que uma regressão generalizada ao espaço privado poderia comprometer não só a autonomia individual, mas também o equilíbrio da própria atividade económica. Ainda que homens e mulheres apresentem diferenças biológicas e trajetórias de sociali-

ELSA4THOUGHT

MOVIMENTO DAS MULHERES TRADICIONAIS



zação distintas, tais diferenças não devem ser interpretadas em termos de hierarquia ou exclusão, mas antes como dimensões potencialmente complementares.

No plano individual, a evidência sociológica indica que a concentração exclusiva de responsabilidades no espaço doméstico pode gerar vulnerabilidades que limitam a autonomia da mulher a curto e longo prazo. Embora o ordenamento jurídico português procure salvaguardar esta escolha, existe uma tensão latente entre a norma e a dinâmica de poder real.

Do ponto de vista do Direito Civil, o sistema equilibra estas visões através do princípio da direção conjunta da família (Artigo 1671º, n.º 2, do Código Civil), que garante que as decisões sobre a vida em comum sejam tomadas por mútuo acordo. Deste modo, o cônjuge que opta pela gestão do lar cumpre plenamente o seu dever de assis-

tência, uma vez que o Artigo 1676º, n.º 1, estabelece que a contribuição para os encargos familiares inclui o trabalho doméstico e a educação dos filhos, atribuindo-lhes um valor económico equivalente ao do trabalho remunerado.

Contudo, a prevalência do poder económico na estrutura social contemporânea pode subverter o sentido real da colaboração, transformando-a em subordinação. A investigadora Suzanne Degges-White observa que acordos familiares assentes numa dependência económica unilateral podem favorecer o surgimento de dinâmicas de abuso financeiro ou emocional. Nestas circunstâncias, quando o controlo dos recursos se concentra num único membro, o parceiro dependente pode ver comprometida a sua autodeterminação, tornando-se mais vulnerável a relações de domínio onde o capital dita a última

palavra. Esta fragilidade torna-se particularmente aguda em situações de dissolução do casamento. Mesmo com os mecanismos de proteção previstos no divórcio, a mulher pode não alcançar o grau de independência que passe a ambicionar face à nova circunstância em que se encontra. O afastamento prolongado do mercado de trabalho tende a provocar uma desatualização de competências que, aliada a fatores como a idade, pode inviabilizar uma reintegração profissional digna.

A este propósito, a psicóloga Kelly Campbell reforça a importância de cultivar relacionamentos sólidos com amigos e familiares, garantindo um sistema de apoio funcional caso a união falte. Além disso, adverte que a preservação de uma identidade pessoal diversificada é essencial para o bem-estar, prevenindo o risco de o indivíduo concentrar toda a sua existência numa única dimensão da vida, o que resultaria numa anulação do próprio «eu». Reforçando esta perspetiva, Enitza Templeton destaca a necessidade de manter algum grau de autonomia económica ou, pelo menos, a capacidade potencial de gerar rendimento próprio.

Algumas vozes defendem que a promoção de um modelo de vida exclusivamente centrado na esfera doméstica pode, em certa medida, entrar em tensão com o princípio da

ELSA4THOUGHT

MOVIMENTO DAS MULHERES TRADICIONAIS



igualdade consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa. Este preceito estabelece que todos os cidadãos são iguais perante a lei, proibindo qualquer forma de privilégio ou discriminação com base, entre outros fatores, no sexo. Tendo em conta os esforços desenvolvidos por sucessivas gerações de mulheres, tanto antes como depois do 25 de Abril, uma parte da sociedade manifesta reservas quanto à legitimidade do movimento tradwife, interpretando-o como um possível retrocesso face às conquistas de autonomia e independência alcançadas ao longo das últimas décadas.

Subjacente à ascensão desta manifestação social encontra-se, em larga medida, uma herança cultural marcada por estereótipos de género profundamente enraizados. Estes moldam as perceções coletivas sobre o que é

considerado “naturalmente” feminino ou masculino. A ideia de que o cuidado e a gestão do lar constituem responsabilidades essencialmente femininas, enquanto o sustento económico recai predominantemente sobre os homens, continua presente na consciência social, em virtude de padrões históricos de organização familiar. Foi precisamente para contrariar as desigualdades decorrentes de tais conceções que se têm desenvolvido diversos esforços legislativos e institucionais orientados para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Neste contexto, a União Europeia definiu a Estratégia para a Igualdade de Género 2026-2030, que visa reforçar a participação plena das mulheres na vida económica e política, garantindo o acesso a cargos de decisão e a oportunidades de liderança. Paralelamente, procura reduzir disparidades salariais e de pensões,

frequentemente associadas a interrupções na carreira decorrentes da assunção de responsabilidades familiares. O documento sublinha ainda a necessidade de um envolvimento ativo de toda a sociedade na desconstrução de estereótipos de género, promovendo um ambiente em que as trajetórias profissionais, educativas e familiares não sejam condicionadas por expectativas tradicionais.

Neste quadro, a revalorização contemporânea de modelos familiares tradicionais, como o movimento tradwife, evidencia a complexidade das escolhas individuais nas sociedades atuais. Embora a dedicação exclusiva ao espaço doméstico possa constituir uma forma legítima de realização pessoal e familiar, a sua representação nas redes sociais levanta igualmente questões relacionadas com autenticidade e transparência. Com efeito, muitas das mulheres que difundem este estilo de vida mantêm fontes próprias de rendimento, frequentemente associadas a parcerias comerciais ou publicidade digital, o que as afasta do modelo de dependência económica total sugerido pelo discurso tradicional. Esta realidade convida a uma reflexão crítica sobre até que ponto a autonomia financeira constitui, na prática, um elemento indispensável à sustentabilidade

ELSA4THOUGHT

MOVIMENTO DAS MULHERES TRADICIONAIS



deste estilo de vida.

A idealização frequentemente presente nas plataformas digitais exige, por isso, uma leitura cautelosa. Como alerta Christine Borzumato-Gainey, sempre que uma determinada realidade é intensamente romantizada, torna-se essencial questionar se a representação divulgada corresponde efetivamente à experiência vivida. Delegar a própria segurança económica e social em função de outra pessoa implica confiar em intenções que nem sempre se concretizam, podendo gerar situações de vulnerabilidade difíceis de anteci-

par.

Em última análise, o desafio das sociedades contemporâneas reside em garantir que qualquer projeto de vida, seja orientado para a carreira profissional ou para a dedicação predominante à esfera doméstica, resulte de uma escolha verdadeiramente livre, informada e consciente.

Proteger a dignidade, a autonomia e a segurança económica de que opta pelo espaço privado como principal esfera de realização revela-se, assim, fundamental.